



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005/2025, DE 28 DE OUTUBRO DE 2025

“Dispõe sobre a criação, organização e funcionamento da Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO, ESTADO DA BAHIA no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA CRIAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º. Fica criada a Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto - GCM, órgão de natureza permanente, vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito Municipal, responsável pela execução das políticas públicas de segurança urbana, prevenção da violência criminal e proteção de bens, serviços e instalações públicas municipais.

Art. 2º. A Guarda Civil Municipal tem caráter civil, uniformizado e armado, respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes.

Art. 3º. A GCM atuará de forma integrada com os órgãos de segurança pública federal e estadual, colaborando para a proteção da população, nos termos do art. 144, §8º, da Constituição Federal.

§ 1º. A Guarda Civil Municipal integra o sistema de segurança pública, devendo atuar de forma conjunta e harmônica com os demais órgãos competentes, para a preservação da ordem e para a proteção das pessoas e do patrimônio.

§ 2º. A Guarda Civil Municipal está sujeita ao controle externo da atividade policial pelo Ministério Público, nos termos do artigo 129, inciso VII, da Constituição Federal.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º. São princípios mínimos de atuação da Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto:

I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;

II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;

III - patrulhamento preventivo;

IV - hierarquia;

V - disciplina;

VI - moral;

VII - ética;

VIII - compromisso com a evolução social da comunidade;

IX - uso progressivo da força.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º. É competência geral da Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.

Parágrafo único. Os bens mencionados no caput abrangem os de uso comum, os de uso especial e os dominiais.

Art. 6º. São competências específicas da Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais:

- I** - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município;
- II** - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;
- III** - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;
- IV** - colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social;
- V** - colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas;
- VI** - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal;
- VII** - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas;
- VIII** - cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades;
- IX** - interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades;
- X** - estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas;
- XI** - articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município;
- XII** - integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal;
- XIII** - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas;
- XIV** - encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário;
- XV** - contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;
- XVI** - desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

- XVII** - auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignatários;
- XVIII** - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local;
- XIX** - executar ações de segurança urbana, inclusive policiamento ostensivo e comunitário, respeitadas as funções dos demais órgãos de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal.

§ 1º. No exercício de suas competências, a Guarda Civil Municipal poderá colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de Municípios vizinhos e, nas hipóteses previstas nos incisos XIII e XIV deste artigo, diante do comparecimento de órgão descrito nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal, deverá a guarda municipal prestar todo o apoio à continuidade do atendimento.

§ 2º. É vedado à Guarda Civil Municipal o exercício de atividades de polícia judiciária, como investigações e coletas de provas, que são funções exclusivas da Polícia Civil e da Polícia Federal.

CAPÍTULO IV DO INGRESSO NA CARREIRA

Art. 7º. O ingresso na carreira da Guarda Civil Municipal dar-se-á por concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 8º. O candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

- I** - nacionalidade brasileira;
- II** - estar quite com obrigações militares e eleitorais;
- III** - estar em gozo dos direitos políticos;
- IV** - habilitar-se previamente em concurso público;
- V** - possuir nível médio de escolaridade;
- VI** - ser julgado apto em exame de sanidade física e mental;
- VII** - teste de aptidão física;
- VIII** - idoneidade moral comprovada por investigação social e certidões expedidas perante o Poder Judiciário estadual, federal e distrital;
- IX** - idade mínima de 18 anos e máxima de 35 anos para ingresso;
- X** - aprovação e classificação em curso específico a ser oferecido pela Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto.

Art. 9º. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo efetivo da Guarda Civil Municipal ficará sujeito a estágio probatório por período de 3 (três) anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

- I** - assiduidade;
- II** - disciplina;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

- III** - capacidade de iniciativa;
- IV** - produtividade;
- V** - responsabilidade.

§ 1º. A avaliação de desempenho durante o estágio probatório será realizada de forma periódica, conforme critérios estabelecidos em regulamento próprio.

§ 2º. A aprovação no estágio probatório é requisito indispensável para a aquisição de estabilidade e para o início da contagem de tempo visando à progressão funcional na carreira.

§ 3º. A reprovação no estágio probatório acarretará a exoneração do servidor, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO V DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 10. A Guarda Civil Municipal contará com dois quadros:

- I** - Quadro Efetivo: 22 vagas, sendo no mínimo 20% destinadas a mulheres;
- II** - Quadro de Comando Geral: Comandante Geral e Subcomandante Geral.

§ 1º. Os integrantes terão após o nome do cargo a expressão "Guarda Civil Municipal".

CAPÍTULO VI DA REMUNERAÇÃO E JORNADA

Art. 11. O sistema de remuneração será composto de salário-base, adicionais e gratificações, conforme Anexo I.

Art. 12. A jornada será de 44 horas semanais, em turnos variáveis, finais de semana, feriados e noturnos.

Art. 13. Os componentes do Quadro Efetivo da Guarda Civil Municipal cumprirão sua jornada de trabalho em horários e locais variáveis, podendo prestar serviço em finais de semana e feriados, plantões noturnos e outros estabelecidos pelo Comando Geral, assim como estarão sujeitos a trabalho perigoso, insalubre ou penoso, observadas, sempre, as peculiaridades do serviço.

Parágrafo único. O regulamento, baixado por ato do Chefe do Poder Executivo, disporá sobre as peculiaridades de que trata o caput deste artigo.

CAPÍTULO VII DOS DEVERES

Art. 14. São deveres do Guarda Civil Municipal: zelo, lealdade, observância das normas, cumprimento de ordens legais, atendimento ao público, zelo pelo patrimônio, comunicação de



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

irregularidades, sigilo funcional, moralidade, assiduidade, urbanidade e representação contra ilegalidade.

CAPÍTULO VIII DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

SEÇÃO I DA ESTRUTURA DE CARGOS

Art. 15. Fica criado, na forma do Anexo I desta Lei, o cargo de provimento em comissão de Comandante Geral da Guarda Civil Municipal.

§ 1º. O Comandante Geral da Guarda Civil Municipal será escolhido pelo Chefe do Poder Executivo entre pessoas de reconhecida idoneidade moral e competência para o desempenho de suas funções.

§ 2º. O Chefe do Poder Executivo poderá nomear o Secretário de Administração para, transitoriamente, exercer, cumulativamente, o cargo de Comandante Geral da Guarda Civil Municipal.

Art. 16. Ficam criados, na forma do Anexo II desta Lei, os cargos de provimento efetivo de Guarda Civil Municipal e de Inspetor da Guarda Municipal.

Art. 17. A estrutura administrativa da Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto será composta por componentes do Quadro Geral de Cargos da Administração Direta do Município.

Art. 18. A estrutura organizacional da Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto compreende os seguintes órgãos:

I - Órgãos de Direção Superior:

- a)** Comando Geral;
- b)** Subcomando Geral.

II - Órgãos de Execução Operacional:

- a)** Setor de Patrulhamento Preventivo;
- b)** Setor de Segurança de Logradouros Públicos;
- c)** Setor de Proteção Ambiental e Patrimonial.

III - Órgãos de Apoio Administrativo:

- a)** Setor de Administração e Pessoal;
- b)** Setor de Material e Patrimônio;
- c)** Setor de Comunicações.

IV - Órgãos de Controle Interno:

- a)** Corregedoria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

Art. 19. Os setores operacionais e administrativos serão chefiados por Inspetores ou Guardas Civis Municipais de 1ª Classe, designados pelo Comandante Geral.

Art. 20. A lotação e distribuição dos efetivos pelos diversos setores serão estabelecidas pelo Comandante Geral, observadas as necessidades do serviço e a disponibilidade de pessoal.

SEÇÃO II DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO

SUBSEÇÃO I DO COMANDO GERAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Art. 21. O Comando Geral da Guarda Civil Municipal é o órgão responsável por comandar e coordenar todos os trabalhos administrativos e operacionais da Guarda Municipal.

Art. 22. O Comando Geral da Guarda Civil Municipal funcionará subordinado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 23. São atribuições do Comandante Geral da Guarda Civil Municipal:

- I** - representar ativa e passivamente a Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto;
- II** - comandar e coordenar todos os trabalhos administrativos e operacionais da Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto;
- III** - assessorar o Chefe do Executivo na fixação de políticas e diretrizes e no planejamento do funcionamento da Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto;
- IV** - planejar, propor e coordenar os projetos da Guarda Civil Municipal, de forma a garantir a consecução de seus fins;
- V** - propor normas e procedimentos relativos ao funcionamento do órgão;
- VI** - zelar pelo fiel cumprimento das normas legais e administrativas relativas à Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto;
- VII** - decidir, em primeira instância, os processos oriundos da Corregedoria da Guarda Civil Municipal;
- VIII** - informar e assessorar o Chefe do Poder Executivo nos assuntos pertinentes à Guarda Civil Municipal, no tocante a recursos humanos, material, organização, métodos, programação anual das despesas, elaboração da proposta orçamentária e acompanhamento da execução orçamentária;
- IX** - propor ao Chefe do Poder Executivo medidas cabíveis e necessárias para o bom andamento dos serviços, manutenção dos equipamentos e instrumentos, realização de instruções, observância da disciplina e aperfeiçoamento das atividades da Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto;
- X** - representar a Guarda Civil Municipal junto a órgãos públicos e entidades civis, inclusive junto aos Conselhos Municipais;
- XI** - distribuir as funções dos componentes do Quadro de Pessoal da Guarda Civil Municipal;
- XII** - executar outras atividades correlatas, quando solicitado;
- XIII** - designar os chefes dos setores operacionais e administrativos;
- XIV** - aprovar os planos operacionais de policiamento preventivo e comunitário;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

XV - autorizar operações especiais de segurança urbana;

XVI - estabelecer diretrizes para a integração com os demais órgãos de segurança pública.

SUBSEÇÃO II

DO SUBCOMANDO GERAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Art. 24. O Subcomando Geral é o órgão de apoio direto ao Comando Geral, responsável pela coordenação das atividades operacionais e pelo planejamento estratégico.

Art. 25. São atribuições do Subcomandante Geral da Guarda Civil Municipal:

I - substituir o Comandante Geral em suas ausências e impedimentos;

II - coordenar as atividades dos setores operacionais;

III - supervisionar o cumprimento das escalas de serviço;

IV - acompanhar o desempenho operacional dos efetivos;

V - elaborar relatórios de atividades operacionais;

VI - coordenar as ações de policiamento preventivo e comunitário;

VII - supervisionar as operações especiais de segurança;

VIII - manter relacionamento com os órgãos de segurança pública estaduais e federais;

IX - executar outras atividades determinadas pelo Comandante Geral.

SEÇÃO III

DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO OPERACIONAL

SUBSEÇÃO I

DO SETOR DE PATRULHAMENTO PREVENTIVO

Art. 26. O Setor de Patrulhamento Preventivo é responsável pelo policiamento ostensivo e preventivo no território municipal.

Art. 27. São atribuições do Setor de Patrulhamento Preventivo:

I - executar o patrulhamento preventivo motorizado e a pé;

II - realizar policiamento comunitário junto à população;

III - atender ocorrências de segurança urbana;

IV - prevenir a prática de crimes e contravenções nos logradouros públicos;

V - apoiar as ações dos demais setores da Guarda Civil Municipal;

VI - colaborar com os órgãos de segurança pública estaduais e federais;

VII - executar outras atividades operacionais determinadas pelo Comando.

SUBSEÇÃO II

DO SETOR DE SEGURANÇA DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 28. O Setor de Segurança de Logradouros Públicos é responsável pela proteção de praças, parques, mercados públicos e demais logradouros municipais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

Art. 29. São atribuições do Setor de Segurança de Logradouros Públicos:

- I** - proteger praças, parques, jardins e demais logradouros públicos municipais;
- II** - zelar pela segurança de mercados públicos e feiras livres;
- III** - fiscalizar o cumprimento das posturas municipais relativas ao uso dos logradouros públicos;
- IV** - prevenir atos de vandalismo contra o patrimônio público;
- V** - orientar os usuários dos espaços públicos quanto às normas de utilização;
- VI** - apoiar eventos realizados em logradouros públicos;
- VII** - executar outras atividades determinadas pelo Comando.

SUBSEÇÃO III
DO SETOR DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

Art. 30. O Setor de Proteção Ambiental e Patrimonial é responsável pela proteção do patrimônio histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município.

Art. 31. São atribuições do Setor de Proteção Ambiental e Patrimonial:

- I** - proteger o patrimônio histórico, cultural e arquitetônico municipal;
- II** - fiscalizar áreas de preservação ambiental municipal;
- III** - prevenir crimes contra o meio ambiente no âmbito municipal;
- IV** - apoiar os órgãos ambientais municipais nas ações de fiscalização;
- V** - orientar a população sobre preservação ambiental e patrimonial;
- VI** - acompanhar visitas a pontos turísticos e patrimônio histórico;
- VII** - executar outras atividades determinadas pelo Comando.

SEÇÃO IV
DOS ÓRGÃOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

SUBSEÇÃO I
DO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PESSOAL

Art. 32. O Setor de Administração e Pessoal é responsável pelas atividades administrativas e de gestão de recursos humanos da Guarda Civil Municipal.

Art. 33. São atribuições do Setor de Administração e Pessoal:

- I** - controlar a frequência e assiduidade dos guardas municipais;
- II** - elaborar escalas de serviço;
- III** - manter atualizados os registros funcionais;
- IV** - controlar férias, licenças e afastamentos;
- V** - acompanhar a progressão na carreira;
- VI** - organizar cursos de capacitação e treinamento;
- VII** - manter arquivo de documentos administrativos;
- VIII** - executar outras atividades administrativas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

SUBSEÇÃO II DO SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Art. 34. O Setor de Material e Patrimônio é responsável pelo controle, manutenção e distribuição de equipamentos, armamentos, uniformes e viaturas.

Art. 35. São atribuições do Setor de Material e Patrimônio:

- I** - controlar o patrimônio móvel da Guarda Civil Municipal;
- II** - manter e distribuir uniformes e equipamentos;
- III** - controlar o armamento e munição;
- IV** - realizar manutenção preventiva das viaturas;
- V** - controlar o combustível das viaturas;
- VI** - manter inventário atualizado dos bens;
- VII** - zelar pela conservação das instalações;
- VIII** - executar outras atividades patrimoniais determinadas pelo Comando.

SUBSEÇÃO III DO SETOR DE COMUNICAÇÕES

Art. 36. O Setor de Comunicações é responsável pelas comunicações operacionais, atendimento telefônico e relacionamento com a imprensa.

Art. 37. São atribuições do Setor de Comunicações:

- I** - operar o sistema de radiocomunicação;
- II** - atender o telefone 153 da Guarda Civil Municipal;
- III** - registrar e encaminhar ocorrências;
- IV** - manter contato com órgãos de segurança pública;
- V** - elaborar boletins informativos;
- VI** - assessorar o Comando nas relações com a imprensa;
- VII** - manter atualizadas as informações no site oficial;
- VIII** - executar outras atividades de comunicação determinadas pelo Comando.

SEÇÃO IV DA CORREGEDORIA

Art. 38. A Corregedoria da Guarda Civil Municipal, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, e assessorada pela Procuradoria Geral do Município, é órgão responsável pela apuração das infrações disciplinares atribuídas aos integrantes da Guarda Civil Municipal, às correições em seus diversos setores e à apreciação das representações relativas à atuação irregular de seus membros.

Parágrafo único. A função de Corregedor da Guarda Civil Municipal será exercida por servidor municipal de carreira, designado pelo Chefe do Poder Executivo dentre os servidores efetivos do município, assessorado diretamente pela Procuradoria Geral do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

Art. 39. O Gabinete do Prefeito Municipal é o órgão de 2ª instância para julgamento dos processos disciplinares.

Art. 40. São atribuições do Corregedor da Guarda Civil Municipal:

- I** - fiscalizar e orientar quanto a aspectos disciplinares o desempenho dos componentes da Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto;
- II** - promover correições, sindicâncias e processos administrativos disciplinares, no âmbito da Guarda Civil Municipal;
- III** - acompanhar ocorrências policiais envolvendo membros da Guarda Civil Municipal, prestando informações ao Comandante Geral da Guarda Civil Municipal;
- IV** - atender ao público e receber denúncias, críticas, sugestões ou elogios sobre o andamento dos serviços da Guarda Civil Municipal;
- V** - manter o Comandante Geral da Guarda Civil Municipal informado a respeito do andamento dos serviços;
- VI** - executar outras atividades correlatas, quando solicitado.

SEÇÃO V
DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EFETIVOS

SUBSEÇÃO I
DO INSPETOR DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Art. 41. O Inspetor da Guarda Civil Municipal é o cargo de chefia intermediária, responsável pela coordenação de setores e supervisão direta das atividades operacionais.

Art. 42. São atribuições do Inspetor da Guarda Civil Municipal:

- I** - chefiar setores operacionais ou administrativos conforme designação;
- II** - supervisionar o desempenho dos guardas municipais sob sua responsabilidade;
- III** - elaborar relatórios periódicos das atividades do setor;
- IV** - distribuir tarefas e missões aos subordinados;
- V** - controlar o cumprimento dos horários e escalas de serviço;
- VI** - orientar e instruir os guardas municipais;
- VII** - representar o setor junto ao Comando;
- VIII** - participar de reuniões de planejamento operacional;
- IX** - aplicar medidas disciplinares de sua competência;
- X** - executar outras atividades determinadas pelo Comando.

SUBSEÇÃO II
DO GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE 1ª CLASSE

Art. 43. O Guarda Civil Municipal de 1ª Classe é o cargo experiente da carreira, podendo exercer funções de coordenação e liderança de equipes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

Art. 44. São atribuições do Guarda Civil Municipal de 1ª Classe:

- I** - executar policiamento preventivo e comunitário;
- II** - liderar equipes de patrulhamento quando designado;
- III** - atender ocorrências de maior complexidade;
- IV** - treinar e orientar guardas de classes inferiores;
- V** - substituir inspetores em suas ausências quando designado;
- VI** - elaborar relatórios de ocorrências;
- VII** - participar de operações especiais;
- VIII** - fiscalizar o cumprimento de posturas municipais;
- IX** - executar outras atividades operacionais determinadas pelos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO III
DO GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE 2ª CLASSE

Art. 45. O Guarda Civil Municipal de 2ª Classe é o cargo intermediário da carreira, com experiência consolidada nas atividades da corporação.

Art. 46. São atribuições do Guarda Civil Municipal de 2ª Classe:

- I** - executar policiamento preventivo e comunitário;
- II** - atender ocorrências de segurança urbana;
- III** - auxiliar na orientação de guardas de 3ª classe;
- IV** - realizar rondas em logradouros públicos;
- V** - fiscalizar posturas municipais;
- VI** - apoiar eventos públicos;
- VII** - elaborar relatórios de serviço;
- VIII** - participar de cursos de capacitação;
- IX** - executar outras atividades operacionais determinadas pelos superiores hierárquicos.

SUBSEÇÃO IV
DO GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE 3ª CLASSE

Art. 47. O Guarda Civil Municipal de 3ª Classe é o cargo inicial da carreira, destinado aos ingressantes aprovados em concurso público.

Art. 48. São atribuições do Guarda Civil Municipal de 3ª Classe:

- I** - executar policiamento preventivo sob supervisão;
- II** - atender ocorrências básicas de segurança urbana;
- III** - realizar rondas em logradouros públicos;
- IV** - orientar munícipes sobre posturas municipais;
- V** - apoiar eventos públicos;
- VI** - participar de cursos de formação e capacitação;
- VII** - cumprir escalas de serviço estabelecidas;
- VIII** - zelar pelos equipamentos e materiais de trabalho;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

IX - executar outras atividades determinadas pelos superiores.

SEÇÃO V **DA PROGRESSÃO NA CARREIRA**

Art. 49. A progressão na carreira da Guarda Civil Municipal somente terá início a partir da efetiva aprovação do servidor em estágio probatório e consequente aquisição de estabilidade, obedecendo aos seguintes critérios:

I - de Guarda Civil Municipal de 3ª Classe para 2ª Classe: após 3 (três) anos de efetivo exercício contados da data de aprovação no estágio probatório e aprovação em avaliação de desempenho;

II - de Guarda Civil Municipal de 2ª Classe para 1ª Classe: após 5 (cinco) anos de efetivo exercício na classe anterior, aprovação em curso de especialização e avaliação de desempenho;

III - de Guarda Civil Municipal de 1ª Classe para Inspetor: mediante seleção interna, com requisitos de tempo mínimo de 3 (três) anos na classe anterior, curso superior ou curso técnico na área de segurança pública e aprovação em avaliação de desempenho.

§ 1º. O crescimento funcional do Guarda Civil Municipal dar-se-á mediante progressão vertical, na forma estabelecida no Anexo I desta Lei.

§ 2º. Progressão vertical é a passagem do Guarda Civil Municipal de uma classe para a imediatamente superior do mesmo cargo, assegurando-se-lhe um acréscimo de vencimento de 10% (dez por cento) sobre o vencimento da classe anterior.

§ 3º. Para fins de contagem do tempo necessário à progressão vertical, considera-se como marco inicial a data da efetiva aprovação no estágio probatório, sendo vedada a progressão antes da aquisição de estabilidade.

Art. 50. O regulamento da Guarda Civil Municipal estabelecerá os critérios específicos para avaliação de desempenho e os requisitos dos cursos exigidos para progressão.

SEÇÃO VI **DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS**

Art. 51. Ficam criadas as seguintes funções gratificadas para os integrantes da Guarda Civil Municipal:

I - Chefe de Setor: gratificação de 15% sobre o vencimento base;

II - Coordenador de Turno: gratificação de 10% sobre o vencimento base;

III - Instrutor de Cursos: gratificação de 8% sobre o vencimento base.

Parágrafo único. As funções gratificadas serão exercidas mediante designação do Comandante Geral, observada a disponibilidade orçamentária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

CAPÍTULO IX DAS PRERROGATIVAS

Art. 52. Os cargos em comissão da Guarda Civil Municipal deverão ser providos por membros efetivos do quadro de carreira do órgão ou entidade.

§ 1º. Nos primeiros 4 (quatro) anos de funcionamento, a guarda municipal poderá ser dirigida por profissional estranho a seus quadros, preferencialmente com experiência ou formação na área de segurança ou defesa social, atendido o disposto no caput.

§ 2º. Para ocupação dos cargos em todos os níveis da carreira da guarda municipal, deverá ser observado o percentual mínimo para o sexo feminino, definido nesta lei municipal.

§ 3º. Deverá ser garantida a progressão funcional da carreira em todos os níveis.

Art. 53. Aos guardas municipais é autorizado o porte de arma de fogo, conforme previsto em lei.

Parágrafo único. Suspende-se o direito ao porte de arma de fogo em razão de restrição médica, decisão judicial ou justificativa da adoção da medida pelo respectivo dirigente.

Art. 54. A Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto deverá adotar junto à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), linha telefônica de número 153 e faixa exclusiva de frequência de rádio, conforme estabelecido no art. 17 da Lei Federal 13.022.

Art. 55. É assegurado ao guarda municipal o recolhimento à cela, isoladamente dos demais presos, quando sujeito à prisão antes de condenação definitiva.

CAPÍTULO X DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Art. 56. Os ocupantes dos cargos do Quadro Efetivo da Guarda Municipal deverão desempenhar as funções que lhes forem atribuídas, devidamente uniformizados e aparelhados, conforme dispuser o regulamento, que deve estabelecer ainda:

I - os procedimentos operacionais da Guarda Civil Municipal;

II - o padrão dos uniformes;

III - o código de conduta com os usuários dos serviços municipais;

IV - as formas de tratamento e a precedência entre os integrantes da Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto;

V - as honras, continências, e sinais de respeito que os componentes devem prestar a determinados símbolos nacionais, estaduais e municipais;

VI - o protocolo de relacionamento dos membros da Guarda Civil Municipal com as autoridades civis e militares.

CAPÍTULO XI DOS UNIFORMES, EQUIPAMENTOS E ARMAMENTO

SEÇÃO I



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

DOS UNIFORMES

Art. 57. Os uniformes da Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto obedecerão aos seguintes padrões:

I - Uniforme Operacional (uso diário):

- a)** Camisa azul marinho manga curta ou longa, conforme estação;
- b)** Calça azul marinho com friso lateral amarelo;
- c)** Coturno preto de couro;
- d)** Quepe azul marinho com distintivo da GCM;
- e)** Cinto de nylon preto com fivela dourada;
- f)** Distintivos de identificação e hierarquia.

II - Uniforme de Gala (cerimônias):

- a)** Camisa branca manga longa;
- b)** Gravata azul marinho;
- c)** Calça azul marinho com friso dourado;
- d)** Sapato preto de couro;
- e)** Quepe azul marinho com cordão dourado;
- f)** Luvas brancas;
- g)** Distintivos dourados.

III - Uniforme de Educação Física:

- a)** Camiseta azul marinho com logomarca da GCM;
- b)** Calção azul marinho;
- c)** Tênis preto;
- d)** Agasalho azul marinho (quando necessário).

Art. 58. Os distintivos e emblemas obedecerão aos seguintes padrões:

- I -** Brasão do Município de Formosa do Rio Preto no braço direito;
- II -** Distintivo "GUARDA CIVIL MUNICIPAL" no braço esquerdo;
- III -** Tarjeta de identificação com nome do guarda;
- IV -** Insígnias de graduação conforme estabelecido no Anexo III.

SEÇÃO II DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Art. 59. São equipamentos obrigatórios para todos os guardas municipais:

I - Equipamentos Básicos:

- a)** Colete balístico nível II;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

- b) Capacete de proteção;
- c) Apito;
- d) Lanterna LED;
- e) Algemas em aço;
- f) Bastão retrátil de 26 polegadas;
- g) Spray de pimenta OC;
- h) Rádio comunicador.

II - Equipamentos de Proteção:

- a) Óculos de proteção;
- b) Protetor auricular;
- c) Luvas táticas;
- d) Joelheiras (quando necessário);
- e) Máscara de proteção respiratória.

III - Equipamentos de Identificação:

- a) Crachá funcional com foto;
- b) Carteira funcional;
- c) Número de identificação visível no uniforme.

**SEÇÃO III
DO ARMAMENTO**

Art. 60. O porte de armas pelos ocupantes dos cargos dos Quadros da Guarda Civil Municipal deverá ser autorizado pelos órgãos competentes e obedecerá aos critérios e procedimentos operacionais e administrativos fixados na legislação própria e em regulamento municipal específico.

Art. 61. O armamento da Guarda Civil Municipal será composto por:

I - Armamento Individual:

- a) Pistola semiautomática calibre .40 ou 9mm;
- b) Coldre de retenção nível II;
- c) Carregadores reserva (mínimo 2 unidades);
- d) Munição de treino e operacional.

II - Armamento de Apoio (por viatura):

- a) Espingarda calibre 12 com munição menos letal;
- b) Armamento não letal adicional conforme necessidade operacional.

Art. 62. Todo armamento deverá atender aos seguintes requisitos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

- I** - Certificação do Exército Brasileiro;
- II** - Registro no Sistema Nacional de Armas (SINARM);
- III** - Manutenção preventiva semestral;
- IV** - Controle rigoroso de munição.

§ 1º. Para a utilização de arma por ocupantes dos cargos dos Quadros da Guarda Civil Municipal é indispensável a frequência e aprovação em curso específico de capacitação e avaliação psicossocial, nos termos da legislação pertinente.

§ 2º. É autorizado aos guardas municipais o porte da arma de serviço fora do expediente, observadas as normas de segurança e os procedimentos estabelecidos em regulamento, sendo vedado o porte em locais proibidos pela legislação federal.

SEÇÃO IV DOS EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS

Art. 63. Os equipamentos operacionais compreendem:

I - Equipamentos de Comunicação:

- a) Central de radiocomunicação;
- b) Rádios portáteis digitais;
- c) Telefones móveis institucionais.

II - Equipamentos de Transporte:

- a) Motocicletas para patrulhamento urbano;
- b) Viaturas caracterizadas para rondas;
- c) Bicicletas para patrulhamento em áreas específicas.

III - Equipamentos de Primeiros Socorros:

- a) Kit de primeiros socorros básico;
- b) Materiais para imobilização.

SEÇÃO V DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Art. 64. As especificações técnicas dos equipamentos:

- I** - Coletes balísticos: certificação NIJ nível IIA ou II;
- II** - Rádios: frequência VHF/UHF com criptografia;
- III** - Viaturas: identificação visual padronizada com faixas reflexivas;
- IV** - Armamento: calibres .40SW, 9mm ou .380 ACP.

Art. 65. A aquisição de uniformes e equipamentos observará:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

- I** - Especificações técnicas mínimas de qualidade;
- II** - Certificações de órgãos competentes;
- III** - Garantia mínima de 12 meses;
- IV** - Assistência técnica autorizada.

SEÇÃO VI DA CONSERVAÇÃO E RESPONSABILIDADE

Art. 66. Cada guarda municipal será responsável pela conservação de seus uniformes e equipamentos individuais.

Art. 67. A reposição de uniformes ocorrerá:

- I** - Anualmente, conforme dotação orçamentária;
- II** - Por desgaste natural do uso;
- III** - Por dano em serviço devidamente comprovado.

Art. 68. O extravio ou dano doloso de equipamentos importará em:

- I** - Ressarcimento do valor ao erário municipal;
- II** - Instauração de processo administrativo disciplinar;
- III** - Reposição imediata do equipamento.

SEÇÃO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS

Art. 69. O uso dos uniformes e equipamentos fora do serviço é vedado, exceto:

- I** - Deslocamento residência-trabalho em uniforme operacional;
- II** - Situações de emergência devidamente justificadas;
- III** - Atividades institucionais autorizadas pelo Comando.

Art. 70. Modificações nos padrões de uniformes e equipamentos dependerão de:

- I** - Justificativa técnica do Comando Geral;
- II** - Disponibilidade orçamentária;
- III** - Autorização do Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO VIII DOS ADICIONAIS E GRATIFICAÇÕES

Art. 71. Aos integrantes da Guarda Civil Municipal são devidos os seguintes adicionais e gratificações:

- I** - Adicional de Periculosidade;
- II** - Adicional Noturno;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

III - Gratificação de Chefia;
IV - Auxílio-Fardamento.

SUBSEÇÃO I DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Art. 72. O adicional de periculosidade será devido a todos os integrantes da Guarda Civil Municipal em efetivo exercício das funções operacionais.

§ 1º. O adicional de periculosidade corresponde a 20% (vinte por cento) incidente sobre o vencimento base do cargo.

§ 2º. O adicional de periculosidade é devido em razão do exercício de atividades que exponham o servidor a risco de vida ou à sua integridade física.

§ 3º. O adicional será pago integralmente, não sendo admitido pagamento proporcional.

§ 4º. O adicional de periculosidade será suspenso durante os períodos de:

I - licença para tratamento de saúde superior a 15 (quinze) dias;

II - licença-maternidade;

III - afastamento para exercício de mandato eletivo;

IV - suspensão disciplinar;

V - exercício exclusivo de atividades administrativas internas por período superior a 30 (trinta) dias.

SUBSEÇÃO II DO ADICIONAL NOTURNO

Art. 73. O adicional noturno será devido ao guarda municipal que prestar serviço em horário noturno.

§ 1º. Considera-se serviço noturno aquele prestado entre 22h (vinte e duas horas) de um dia e 6h (seis horas) do dia seguinte.

§ 2º. O adicional noturno corresponde a 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor da hora normal de trabalho.

§ 3º. A hora noturna terá duração de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

§ 4º. O adicional noturno será calculado sobre as horas efetivamente trabalhadas no período noturno.

§ 5º. O adicional noturno é cumulativo com o adicional de periculosidade.

SUBSEÇÃO III DA GRATIFICAÇÃO DE CHEFIA

Art. 74. A gratificação de chefia será devida aos guardas municipais que exercerem funções de coordenação, supervisão ou chefia.

§ 1º. A gratificação de chefia corresponde a percentual incidente sobre o vencimento base, conforme os seguintes níveis:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

- I** - Chefe de Setor: 35% (trinta e cinco por cento);
- II** - Coordenador de Turno: 28% (vinte e oito por cento);
- III** - Supervisor de Equipe: 20% (vinte por cento).

§ 2º. A gratificação de chefia será devida enquanto perdurar o exercício da função gratificada.

§ 3º. A designação para função gratificada será feita pelo Comandante Geral da Guarda Civil Municipal, mediante ato próprio.

§ 4º. A gratificação de chefia não é cumulativa com os demais adicionais previstos nesta Lei.

§ 5º. A gratificação será suspensa nos seguintes casos:

- I** - afastamento da função por período superior a 30 (trinta) dias;
- II** - férias do substituto, quando não houver segundo substituto designado;
- III** - licenças superiores a 30 (trinta) dias;
- IV** - suspensão disciplinar.

SUBSEÇÃO IV **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE ADICIONAIS E GRATIFICAÇÕES**

Art. 75. Os adicionais e gratificações previstos nesta Lei:

- I** - integram a remuneração para fins de contribuição previdenciária;
- II** - não se incorporam ao vencimento base para nenhum efeito;
- III** - não servem de base de cálculo para outras vantagens;
- IV** - são devidos conforme a situação funcional do servidor.

Art. 76. Os adicionais de periculosidade e noturno são cumulativos entre si, mas ambos não são cumuláveis com a gratificação de chefia.

Art. 77. O pagamento dos adicionais e gratificações observará:

- I** - apuração mensal com base nos registros de frequência;
- II** - proporcionalidade aos dias efetivamente trabalhados;
- III** - suspensão automática nos casos previstos nesta Lei.

Art. 78. A concessão dos adicionais e gratificações fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, estabelecer critérios adicionais para a concessão e pagamento dos adicionais e gratificações previstos nesta Lei.

CAPÍTULO XII **DO REGIME DISCIPLINAR**

Art. 79. Infração disciplinar é toda violação, pelos integrantes dos Quadros da Guarda Civil Municipal, aos deveres funcionais previstos no Regulamento Disciplinar da Guarda Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

§ 1º. O Regulamento Disciplinar da Guarda Civil Municipal será determinado por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º. Nos processos administrativos disciplinares envolvendo componentes do Quadro de Pessoal da Guarda Civil Municipal, a comissão, constituída pela Corregedoria da Guarda Civil Municipal, será composta, no mínimo, por 3 (três) membros, sendo o Secretário Municipal de Administração e 2 (dois) efetivos da Guarda Civil Municipal, nos termos do Regulamento Disciplinar da Guarda Civil Municipal.

§ 3º. A Corregedoria Geral da Guarda Civil Municipal encaminhará ao Gabinete do Prefeito Municipal os processos disciplinares, em grau de recurso de 2º grau para julgamento.

CAPÍTULO XIII **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 80. O Município poderá firmar convênios com a União, Estado da Bahia e outros municípios para cooperação técnica e capacitação.

Art. 81. A Guarda Civil Municipal deverá observar as normas gerais fixadas pelo Congresso Nacional, em especial as disposições da Lei Federal nº 13.022/2014 e da Lei Federal nº 13.675/2018.

Art. 82. A autorização para porte de arma de fogo prevista no artigo 52 desta Lei somente produzirá efeitos após o decurso de cinco anos contados da efetiva implantação operacional da Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto e do cumprimento cumulativo das seguintes condições:

I - conclusão do curso de formação inicial de, no mínimo, 70% (setenta por cento) do efetivo previsto no artigo 9º, inciso I, desta Lei;

II - estruturação e funcionamento regular de todos os setores operacionais previstos no artigo 17, inciso II, desta Lei;

III - aquisição e distribuição dos equipamentos de proteção individual obrigatórios relacionados no artigo 58 desta Lei a todo o efetivo em atividade operacional;

IV - conclusão de curso específico de capacitação para uso de arma de fogo e avaliação psicológica favorável de todos os guardas municipais que receberão a autorização de porte;

V - expedição de regulamento municipal específico que discipline os critérios, procedimentos operacionais e administrativos para o porte de arma de fogo pelos integrantes da Guarda Civil Municipal;

VI - autorização expressa do Chefe do Poder Executivo Municipal mediante decreto fundamentado que ateste a oportunidade e conveniência da implementação do porte de arma de fogo.

Art. 83. Ficam alterados os dispositivos da Lei Complementar n.º 099/2025, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município de Formosa do Rio Preto, para incluir na estrutura organizacional os seguintes cargos em comissão da Guarda Civil Municipal:

I - Comandante Geral da Guarda Civil Municipal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

II - Subcomandante Geral da Guarda Civil Municipal.

Parágrafo único. Os cargos comissionados mencionados no caput deste artigo integram o quadro geral de cargos em comissão do Poder Executivo Municipal, observando-se as disposições da Lei Complementar n.º 099/2025 quanto a regime jurídico, forma de provimento e demais normas aplicáveis.

Art. 84. As despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 85. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Formosa do Rio Preto, 28 de outubro 2025.

MANOEL AFONSO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal de Formosa do Rio Preto



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

ANEXO I - TABELA DE VENCIMENTOS

Quadro Efetivo da Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto

CARGO	VAGAS	ESCOLARIDADE	PISO INICIAL	OBSERVAÇÕES
Guarda Civil Municipal - 3ª Classe	22	Nível Médio	1.700,00	Ingresso por concurso público
Guarda Civil Municipal - 2ª Classe	-	Promoção interna	1.900,00	Após 3 anos de exercício
Guarda Civil Municipal - 1ª Classe	-	Promoção interna	2.100,00	Após 5 anos e curso
Inspetor da Guarda	-	Nível Médio + curso	2.500,00	Seleção interna

Quadro de Comando Geral (Cargos em Comissão)

CARGO	QTD.	PISO (R\$)
Comandante Geral	1	5.000,00
Subcomandante Geral	1	4.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

ANEXO II - ESTRUTURA HIERÁRQUICA E INSÍGNIAS

HIERARQUIA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

NÍVEL SUPERIOR - COMANDO

1. **Comandante Geral** - Cargo comissionado - ☆ ☆ ☆ (3 estrelas douradas)
2. **Subcomandante Geral** - Cargo comissionado - ☆ ☆ (2 estrelas douradas)

NÍVEL INTERMEDIÁRIO – SUPERVISÃO

3. **Inspetor** - Cargo efetivo (seleção interna) - ☆ (1 estrela dourada)

NÍVEL OPERACIONAL – EXECUÇÃO

4. **GCM 1ª Classe** - Cargo efetivo (após 3 anos 2 classe e aprovação em curso) - ——— (3 faixas prateadas)
5. **GCM 2ª Classe** - Cargo efetivo (após 3 anos) - ——— (2 faixas prateadas)
6. **GCM 3ª Classe** - Cargo inicial (concurso) - — (1 faixa prateada)

INSÍGNIAS E DISTINTIVOS

Localização das Insígnias: Ombros e quepe

Material: Dourado (comando) / Prateado (efetivos)

Distintivos Obrigatórios:

- I. Brasão Municipal (braço direito)
- II. "GUARDA CIVIL MUNICIPAL" (braço esquerdo)
- III. Tarjeta com nome (peito direito)
- IV. Número funcional (peito esquerdo)

PRECEDÊNCIA HIERÁRQUICA

- I. Maior graduação precede menor graduação
- II. Entre iguais: antiguidade no cargo
- III. Mesma graduação e tempo: idade (mais velho)

CONTINÊNCIAS

- I. **Obrigatória:** Do menor para maior posto
- II. **Forma:** Mão direita à altura da viseira do quepe
- III. **Símbolos Nacionais:** Bandeira e Hino Nacional
- IV. **Autoridades:** Prefeito, Vereadores, Magistrados



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

JUSTIFICATIVA DO PROJETO

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR HERMÍNIO CORDEIRO DOS REIS, PRESIDENTE DA
CÂMARA DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO RIO PRETO/BA.

Ilustríssimos(as),

Cumprimento Vossa Excelência e os eminentes Vereadores desta Veneranda Casa Legislativa do
Município de Formosa do Rio Preto/BA.

O presente Projeto de Lei Complementar tem por finalidade instituir, organizar e regulamentar o funcionamento da Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto, nos termos do artigo 144, § 8º, da Constituição Federal, que confere aos Municípios competência para criar guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, bem como em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, que estabelece o Estatuto Geral das Guardas Municipais, a Lei Federal nº 13.675/2018, que Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública e a Lei Orgânica Municipal de Formosa do Rio Preto, no seu artigo 13, III, alínea “c” e § 3º, e art.87.

A criação da Guarda Civil Municipal representa um importante instrumento de fortalecimento da segurança pública local, com enfoque na prevenção, cidadania e proximidade com a comunidade, sem se confundir com as funções das polícias estaduais. Trata-se de órgão permanente, uniformizado e estruturado, com a missão de zelar pela preservação da ordem pública e pela proteção do patrimônio público municipal, contribuindo para a paz social e o bem-estar da população.

O Município de Formosa do Rio Preto, por suas dimensões territoriais e relevância regional, demanda mecanismos próprios de segurança e proteção institucional, capazes de responder de forma eficiente às necessidades locais e de garantir a preservação dos bens públicos, a integridade de servidores e munícipes, e o apoio às políticas públicas municipais.

O presente Projeto de Lei Complementar estabelece, ainda, a estrutura organizacional, o regime jurídico, as atribuições, o processo de ingresso, a hierarquia funcional, os direitos, deveres e o regime disciplinar dos integrantes da corporação, assegurando profissionalismo, transparência e eficiência administrativa na atuação da Guarda Civil Municipal.

A medida proposta também visa adequar o Município às diretrizes nacionais de segurança pública, em especial à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), reforçando o papel da Guarda Municipal como agente de prevenção, mediação de conflitos e proteção social, em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no artigo 37 da Constituição Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

Dessa forma, a instituição da Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto representa um marco no fortalecimento da segurança pública local e da autonomia administrativa do Município, promovendo maior tranquilidade à população e consolidando a presença efetiva do poder público nos espaços urbanos e comunitários.

Ante o exposto, e considerando a relevância jurídica, administrativa e social da matéria, submeto o presente Projeto de Lei Complementar à elevada apreciação dos nobres Vereadores desta Casa Legislativa, confiando em sua aprovação, por se tratar de medida de elevado interesse público e de inegável benefício à coletividade de Formosa do Rio Preto.

Atenciosamente,

Manoel Afonso de Araújo
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO – ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.654.454/0001-28

Formosa do Rio Preto, 28 de outubro de 2025.

Ofício Gabinete nº 072/2025

**Ao Excelentíssimo Senhor
HERMÍNIO CORDEIRO DOS REIS
MD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA
NESTA,**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho a essa Casa Legislativa, para a devida apreciação, o Projeto de Lei que “Dispõe sobre a criação, organização e funcionamento da Guarda Civil Municipal de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia, e dá outras providências.”, conforme justificativa anexa, requerendo a sua discussão em regime de urgência.

Na oportunidade, renovando votos de distinta consideração e apreço, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Manoel Afonso de Araújo
Prefeito Municipal